

# COMPETÊNCIA E EMPREGABILIDADE: A NOVILÍNGUA NEOLIBERAL

Eliane Dayse Pontes Furtado  
Kátia Regina Rodrigues Lima<sup>1</sup>  
José Eudes Baima Bezerra

## Introdução

A temática *Competência e Empregabilidade* ganhou o proscênio nas últimas décadas num contexto de desestruturação do Estado do bem-estar social e dos direitos sociais assegurados por este (emprego, educação, saúde, entre outros) e de desregulamentação das relações de trabalho.

Esse contexto se configura pela perda dos direitos trabalhistas e redução de gastos com a força de trabalho, somadas à adoção de novos métodos organizacionais da produção e do trabalho, que incluem a terceirização de atividades não estratégicas. A ética profissional inspirada por essa noção baseia-se, então, na adaptação individual a essas mudanças... (RAMOS, 2001, p. 253).

No Brasil, sua divulgação torna-se visível, na década de 90, nos espaços acadêmicos e no mundo empresarial. A noção de competência torna-se o eixo nucleador da política educacional para formação de professores, reforma curricular da educação básica e da educação profissional, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. A promessa da empregabilidade é apresentada pelo mundo empresarial, como a possibilidade de inserção, permanência ou reinserção num mercado de trabalho dinâmico e em constante transformação, ao defender a idéia de que a posição ocupada no mercado de trabalho pelo indivíduo é definida pelos seus méritos.

Bourdieu e Wacquant (2004) escreveram que os atuais intelectuais regiamente pagos ruminam um novo vocabulário que eles chamam de novilíngua. Esse vocabulário, aparentemente sem origem, circula em todos os meios e é fruto de um novo imperialismo simbólico que pretende reconstruir o mundo sob a égide do mercado.

---

<sup>1</sup> Kátia Regina Rodrigues Lima. Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Rua Professor Francisco Gonçalves, 1.500/701, CEP: 60.135-430 – Fortaleza (CE). E-mail: kareli20042004@yahoo.com.br.

A difusão dessa nova vulgata planetária — da qual se encontram notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de uma presumível falta de pertinência — é produto de um imperialismo apropriadamente simbólico: os seus efeitos são tão poderosos e perniciosos porque ele é veiculado não apenas pelos partidários da revolução neoliberal — a qual, sob a capa da ‘modernização’, entende reconstruir o mundo fazendo tábua rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas agora como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente —, mas também por produtores culturais (pesquisadores, escritores, artistas) e militantes de esquerda que, na sua maioria, continuam a considerar-se progressistas (BOURDIEU e WACQUANT, 2004, p.24)

Fazem parte desse novo vocabulário termos como “globalização”, flexibilidade, governabilidade, competências, empregabilidade, exclusão, nova economia, tolerância zero, entre outros.

A disputa pela hegemonia no seio da sociedade passa também pela hegemonia no plano ideológico e cultural. Nesse contexto a linguagem é um instrumento fundamental para a libertação ou para impor um domínio.

Nesse sentido é imprescindível indagar sobre: de onde emerge a noções de competência e empregabilidade? Em qual contexto elas se tornam hegemônicas? As quais interesses elas servem? Que mudanças tal paradigma introduzem nas relações sociais?

O presente de cunho teórico está referenciado em: Marx, Gramsci, Antunes, Coggiola, Chesnais, Duarte, Hirata, Machado, Kuenzer, Katz, Berhing, Bourdieu e Wacquant, entre outros, que aportam contribuições à discussão sobre *Competência e Empregabilidade*, objetivando situá-la no contexto da Crise do Capital, da Reestruturação produtiva e da Reforma do Estado.

### **Origem e emergência da nova linguagem**

O termo competência é introduzido na literatura pelo lingüista estadunidense Noam Chomsky, na década de 1960, quando faz referência à “capacidade e disposição para o desempenho e para a interpretação”, trazendo um a profunda renovação na lingüística do texto ou discursiva, provocando uma mudança no enfoque comunicativo. Na década de 1970, o conceito foi utilizado na área de gestão de recursos humanos, pelo professor David McClelland, quando investiga a necessidade do sucesso e outras motivações primárias como a afiliação ao poder. Questiona os problemas da seleção tradicional, baseada na Avaliação de aptidões intelectuais e contrapõe-se a esta,

propondo o modelo alternativo de seleção por competências (DIAZ &MOVILLA, 2007).

Na evolução do conceito, observa-se que há uma diversidade de interpretações e propostas, mas nas suas mais variadas acepções, pode-se dizer:

que se trata de incorporar uma concepção mais ampla e profunda de formação, ao gerar objetivos e tarefas dirigidas a demonstrar desde a totalidade os elementos que intervêm no processo e que leva aos resultados”, donde (...) “a competência, necessária a todo processo educativo e de conhecimento especializado, se formará em última instância, na interação que se estabelece em um processo consigo mesmo, no seio do coletivo laboral e no contexto profissional, o que possibilita sua atuação em diferentes cenários” (DIAZ MOVILLA, 2007, P.48).

Ainda, um elemento comum aceito entre os estudiosos da área, segundo os autores supra citados, é de que “ para que uma pessoa leve a cabo exitosamente, uma atividade laboral determinada, deve demonstrar na execução dessa atividade laboral, um desempenho eficiente, a partir de que a competência é algo real e demonstrado, o que não se pode confundir com uma potencialidade a demonstrar” ( p.48).

Nesse contexto, as correntes críticas da Sociologia do Trabalho, da Sociologia das Organizações, as teorias políticas e as da formação, contribuíram dando centralidade às questões do poder, da estratégia e do controle e `a discussão sobre mercado de formação, que segundo os autores é “aparentemente arredo à problematização política, sendo ao invés,sobredeterminado, de fato, por redes econômicas, sociais, políticas e identitárias, que são as da própria sociedade”.

Na mesma linha, a noção de competência, conforme Tomasi (2004), ocupa lugar privilegiado na literatura sociológica francesa a partir de 1985<sup>2</sup>. Essa noção aporta à sociologia do trabalho tendo como veículo o discurso de empresários, industriais, empregadores preocupados com as mudanças recentes ocorridas no mundo do trabalho, em particular com as ocorridas nos postos de trabalho, e passa a ser alvo de investigação de economistas e sociólogos, antes envolvidos com a noção de qualificação. A socióloga francesa Viviane Isambert-Jamati, segundo Tomasi (2004), afirma que o termo competência origina-se dos meios jurídicos e, inicialmente restringe-se a ele, mas também será apropriado por outras profissões e será marcado pela polissemia integrando o vocabulário de uma elite intelectual.

Tomasi analisando o pensamento de Isambert-Jamati afirma que

---

<sup>2</sup> Embora já apareça na literatura sociológica e educacional francesa a partir dos anos 1970.

As competências dizem respeito ao uso de técnicas definidas que, embora não tenham sido criadas pelo indivíduo, são por ele usadas e podem por ele ser adaptadas às novas situações. A noção de competência está associada à execução de tarefas complexas, organizadas e que exigem uma atividade intelectual importante. Tarefas, lembra, são realizadas por especialistas. O incompetente, garante a autora, não possui o saber e o saber-fazer, ou os possui incompletamente.

Para discorrer sobre *competência* faz-se necessário fazer referência a noção de *qualificação*. Esta tornou-se objeto de estudo e debates entre sociólogos do trabalho, no pós-guerra, momento em que se institui, nos países centrais, um Estado social que exerce papel central na sociedade e impõe um sistema de regulações no mundo do trabalho.

Dugüé (2004) destaca que a qualificação se baseia em dois sistemas instalados à época: as convenções coletivas e o ensino profissional. Ela municiaria coletivamente os trabalhadores para que estes pudessem participar, com poder de fogo, da regulação da relação salarial, estabelecendo uma relação entre saber-fazer, emprego e salário.

O contrato de trabalho, ou seja, o acordo particular entre um empregador e um assalariado, deve estar em consonância com as condições gerais, estabelecidas coletivamente. Esse sistema visa assegurar aos trabalhadores, pela aplicação de acordos entre sindicatos patronais e de assalariados, o pagamento do valor correspondente aos saberes e às capacidades que eles detêm e cuja existência é atestada por seus diplomas (DUGÜÉ, 2004, p. 21).

A autora assevera ainda que, a qualificação constitui-se “uma base para pensar e construir a transmissão dos conhecimentos profissionais” (2004, p. 21). É a partir dela que é organizado “todo o ensino profissional, pela escola ou pela aprendizagem; é o pivô em torno do qual se ordenam os processos de aprendizagem” (id., 2004, p. 21).

### **Reestruturação produtiva, reforma do Estado: o contexto da novilíngua neoliberal**

O início dos anos de 1970 viram a retração relativa dos mercados mundiais, que levou ao cancelamento dos acordos de Breton-Woods, com a decretação pelo presidente Richard Nixon da não convertibilidade do dólar em ouro (*Nixon round*), em 1971, estabelecendo a moeda americana como equivalente universal ao sabor das necessidades financeiras da burguesia estadunidense e atacando duramente a soberania das demais nações. Nesse quadro, verificou-se a crise do petróleo, com a elevação incessante do preço do barril, e a estagnação do mercado no Brasil.

De canal seguro de escoamento de capitais, os empréstimos aos Estados, os mecanismos de recompra e renegociação da dívida pública, com taxas de juros recompensadoras se tornaram um poço sem fundo de endividamento. As divisas originadas diretamente na extração de mais-valia nas empresas estatais e, principalmente, a parte da mais-valia nacional repassada para a manutenção do Estado na forma de impostos e contribuições passam a ser rapinadas pelos credores levando a uma situação de falência fiscal. O capital fictício (MARX, 1997), capital produtor de juros, como o que compõe a dívida pública, passa a abocanhar partes cada vez maiores dos fundos estatais, até o ponto que o próprio pagamento da dívida tendeu a cessar.

A Grande Crise de 1982, a chamada crise da dívida, nos anos de 1980, será o corolário desse curso da economia mundial. Seu impacto se ampliou em ondas concêntricas até o coração financeiro do sistema<sup>3</sup>, sinalizando a necessidade de uma reestruturação econômica de caráter desregulamentador, com ampla redução do valor da força de trabalho, e que configurará uma “primeira geração” de reformas. Os Estados, em particular nos países devedores, saem dessa da primeira onda de reformas marcados por três traços dominantes:

(1) Um Estado que tende a perder o caráter de síntese das relações de classe estabelecidas no terreno nacional, ainda que no contexto da divisão internacional do trabalho. Desaparece assim a perspectiva de um desenvolvimento capitalista nacional, substituída por uma ação estatal voltada para a captação de investimentos estrangeiros de curto prazo (especulativos) às custas da desagregação do mercado interno e de um afrouxamento da unidade nacional: “percebe-se a dissolução da unidade constitutiva do Estado e do capital nacional” (BEHRING, 2003., p. 59). (2) Um Estado destituído de “todos os seus atributos supérfluos”, concentrado em ser fiador da desregulamentação por meio da gestão da política macroeconômica. E, finalmente, (3) um Estado que, enfrentado, de um lado com a luta das massas por garantias e direitos em face da onda desregulamentadora e, de outro, pelo surgimento de novas massas de desvalidos, está chamado a reduzir seus custos:

Então, sob o argumento da escassez de recursos, de conter o déficit público, ou mesmo, no caso do Brasil hoje, de evitar a volta da inflação, preconiza-se

---

<sup>3</sup> Em 1987, sob Sarney, o Brasil decreta moratória técnica. No início dos anos 90, será a vez do México, e depois da Rússia, outros dos grandes devedores, decretar moratória, provocando a suspensão dos empréstimos privados aos países em desenvolvimento e ampliando o lugar dos financiadores multilaterais, como o BM.

Tanto o impacto social provocado pela ofensiva sobre os direitos da “primeira geração de reformas”, com a correspondente resistências das massas populares (de que decorre a necessidade de uma política de “amparo aos mais pobres”), quanto a ausência, num primeiro momento, de alternativas de sustentabilidade política das medidas de retirada de direitos, levaram à busca de uma alternativa que desse conta, a um só tempo, tanto do desmonte do aparato estatal no que se refere aos serviços públicos, quanto da legitimação política desse movimento.

Delineia-se, então, uma “segunda geração” de reformas de caráter institucional, focadas na reestruturação do aparelho estatal e que busca abordar o problema do consenso necessário à continuidade dos processos de desregulamentação e privatização que caracterizaram a “primeira geração”. Ali onde o consentimento social não foi suficiente, a participação democrática, a corresponsabilização do “usuário” estava chamada a se sobrepor ao imponderável da resistência das massas. As diretrizes do Banco Mundial, “escaldado” com as resistências encontradas na virada dos anos de 1980 para os de 1990, geradoras de instabilidade política que impediu a plena implementação de seu receituário (inclusive no Brasil do período Collor), publicadas entre 1995 e 1998 são generosas nas referências a uma dimensão política e social que deveria doravante integrar as medidas econômicas de privatização, liberalização e desregulamentação. Ao mesmo tempo, a ideologia “self made” que embasará a nova formatação dos serviços públicos criará um elo com a ideologia do desenvolvimento pessoal que invadirá as políticas educacionais, especialmente sob a égide da competência e da empregabilidade.

Nesse contexto, novas formas de organização da economia ocasionaram profundas transformações. Configuraram-se os blocos econômicos onde os países dotados de estruturas econômicas modernas e ativas exercem poder sobre os demais, fortalecendo-se acumulando riqueza e saber dos países dependentes, às custas de seus modelos econômicos, políticos e culturais. ditos retrógrados. Esse momento do capitalismo, conhecido como globalização neoliberal, é responsável por uma série de transformações no modo de produção, nas tecnologias e no trabalho, criando novas formas de exploração, tolhendo liberdades e reforçando antigas desigualdades.

A tecnologia sofre avanços incentivados por grandes grupos financeiros e econômicos que além de retirarem da natureza seus recursos, seja em forma de variedades genéticas para pesquisas em biotecnologia, seja apropriando-se de reservas naturais em troca de obras de infra-estrutura, explorando as populações como mão-de-obra barata e trabalho escravo. Isso Fica comprometido todo um legado histórico, cultural e social dessas populações tornando-as submissas, enquanto o capital concentra-se cada vez mais em mãos de poucos. As legislações de proteção do trabalho e proteção social, duramente conquistadas, por força das lutas dos trabalhadores, ganham novo formato, no sentido de reduzir as garantias, gerar instabilidade no emprego e menos responsabilização do Estado. Sob o reinado do capital, segundo Silva (2007, p.62),

a classe trabalhadora ficou mais fragmentada, heterogênea e ainda mais diversificada. O trabalho tornou-se mais precarizado pelas formas de subemprego, desemprego, intensificação dos níveis de exploração dos que trabalham. O surgimento de uma nova base técnica (introdução de maquinaria complexa, das novas máquinas informatizadas, inteligentes) propiciou um novo salto de subordinação real do trabalho ao capital.

O resultado disso: nas fábricas o processo produtivo também se fragmenta, as especializações predominam, diminuindo as possibilidades de criação individual, reduzindo com isso, o nível de satisfação pessoal no trabalho. No campo, a produção familiar é secundarizada, afetando a unidade familiar que se vê dividida no acesso à atividade laboral e à qualificação, pela ênfase dada à produção para exportação e ao agronegócio. As leis que regulam o comércio, sob a égide da globalização, aprofundam a competição entre os países, de fato, em condições desiguais.

Essa dominação exercida sobre os países periféricos, com seus impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais, vêm recheados do discurso do acesso ao mercado internacional, do combate à pobreza e da competitividade. A consequência foi o endividamento crescente com as instituições financeiras multilaterais, limitando a capacidade dos governos em controlarem suas atividades, até mesmo aquelas que não estão relacionadas ao comércio, como é o caso da educação, cuja autonomia está minada pela prevalência do comércio sobre os direitos humanos.

Esse conjunto de fatores, que enlaçam num mesmo movimento os processos diretamente econômicos de reestruturação e as mudanças no arcabouço jurídico necessários a sua implementação, a reforma do Estado, constitui o bastidor para a

emergência do discurso da competência e da noção de empregabilidade que vai abraçar amplamente os processos de reforma da educação brasileira e, mais particularmente, a reforma do ensino médio e profissional. A reforma do ensino profissional, como se sabe, abriu caminho para a ação dos agentes privados, incluindo os sindicatos e incidiu fortemente sobre a formação político-sindical e sobre a natureza dos próprios sindicatos, uma vez que introduziu conceitos de qualificação e requalificação estranhos às conquistas coletivas e fortemente atados à idéia da promoção individual.

### **Competência e empregabilidade como elementos fundantes da qualificação profissional**

A partir da década de 1970, a qualificação torna-se alvo de críticas. Dentre elas, conforme Dugüé (2004), podemos destacar: é vista como rígida, adaptada à forma de produção taylorista, enquanto o mundo do trabalho atual seria dinâmico, exigiria flexibilidade e conseqüentemente um novo tipo de mão-de-obra. Esta estaria ultrapassada, pois repousaria ainda sobre referências permanentes: postos de trabalho e diploma. Como conseqüência dessas discussões, na década de 1990, uma visão humanística reveste a noção de qualificação profissional, através do discurso de que, segundo Estevão (2006, p.9):

“a formação laboral contribuiria para uma maior cidadania da empresa e na empresa, ao mesmo tempo que reforçaria uma cultura organizacional de pendor unitarista e integrador em redor dos valores essenciais da empresa, assim como propiciaria uma visão mais ampla e eticamente mais marcante do desenvolvimento”.

Ainda segundo o autor, as abordagens mais críticas da formação denunciavam, nessa “roupagem humanística”, os intentos de uma espécie de “neofeudalismo” laboral ao serviço do qual deveria colocar-se a formação. A noção de competência é então, alçada à condição de panacéia frente às insuficiências da qualificação nesse novo contexto sócio-econômico, pois é apresentada como um coquetel de saberes, mobilizados em determinada situação, enfatizando o saber-ser e valorizando a subjetividade do indivíduo.

Na verdade, compreendemos que a noção de competência, tal como foi tomada, carrega um componente ideológico e acarreta mudanças profundas nas relações sociais de trabalho e na formação do ser social. Contribui para o “enfraquecimento das



instituições e das regras que sustentam a organização do trabalho no funcionamento do Estado social” (DUGÜÉ, 2004, p. 25), enfraquecendo também as negociações coletivas, proporcionando a cooptação do trabalhador e o enfraquecimento dos laços coletivos.

Associada ao discurso da competência está a defesa da tese da empregabilidade. Machado (1998, p. 4) considera que o conceito de empregabilidade tem sido utilizado para referir-se às

Condições subjetivas da integração dos sujeitos à realidade atual dos mercados de trabalho e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho, considerando o que os empregadores definem por competência.

Machado (1998) assevera que o discurso da empregabilidade e da competência tem como suporte a ideologia do pensamento liberal burguês, ao defender a idéia de que a posição ocupada no mercado de trabalho pelo indivíduo é

...imediatamente definida pelos seus méritos individuais, para os quais seriam determinantes a qualidade de seus atributos, a gama de seus conhecimentos e a eficácia real de suas capacidades pessoais. (MACHADO, 1998, p. 4).

Ocorre assim uma reificação das qualidades, atributos e capacidades humanas. As competências são naturalizadas, não são vistas como propriedades criadas e possibilitadas socialmente, certifica a autora. Assim, o culto da competência

é a apologia do poder individual, mediante o qual os produtos da atividade humana aparecem como mágicas pois, se apresentam independentes das relações sociais (MACHADO, 1998, p. 5).

Nessa mesma linha de raciocínio, Ramos (2001, p. 135) também evidencia a ideologia subjacente à noção de competência:

Noção de raiz essencialmente individual, identificável nas ações práticas da vida, seja na dimensão das relações em geral, seja especificamente no âmbito do trabalho, quando ganham significados bastante peculiares.

A avaliação da competência tem como parâmetro a lógica do mercado de trabalho e da relação salarial, passando pela aquiescência, submissão e resposta ao seu conjunto de preceitos, normas e regulações.

Assim, a competência enquanto atributo pessoal se identifica com o ser rentável e o saber competir, a capacidade de pertencer ao mercado por direito, de concorrer e fazer cumprir o objetivo de maximização das

condições de venda da própria força de trabalho, mostrando que entre os dois termos — competência e competir — há mais que uma identidade étimica, há uma identidade com a lógica do capital. (MACHADO, 1998, p. 5).

As noções de competência e empregabilidade, que formam um complexo, ancoram, portanto, não apenas as construções ideológicas compatíveis com os processos de fragmentação das classes trabalhadoras, tanto no campo diretamente produtivo como no de sua representação política. Essas noções acabarão, como termos “identificados com a lógica do capital”, por marcar as políticas de estado, sobretudo, as políticas educacionais que emergiram da vaga contra-reformista que se ergueu nos anos de 1990.

### **Pequena conclusão**

A filosofia neoliberal argumenta que a liberdade individual, interpretando *grosso modo*, só será alcançada quando os indivíduos concorrem por algo ou escolhem as mercadorias que desejam, e que a competitividade permitirá uma incorporação crescente de países e povos.

Mais do que uma identidade fonética, os termos competência e competir compartilham dessa noção liberal de liberdade. Assim, a empregabilidade, diferentemente da idéia clássica de emprego, ou da noção keynesiana de pleno emprego, remete, de um lado, à demanda do mercado, mas, de outro, à capacidade meritocrática de cada indivíduo de lograr uma colocação no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, a formação profissional e a qualificação em geral perdem qualquer traço emancipatório e criativo para se adequar à estrita exigência do mercado, levando nessa direção as instituições, os currículos e a formação dos jovens.

A idéia do trabalho como princípio educativo, e do trabalho, como categoria de explicação da sociedade, perderam validade para essa perspectiva ideológica. Por isso, abordar criticamente a língua contemporânea do capital, onde as palavras competência e empregabilidade ganham dimensão fundante, exige partir do fato de que o trabalho não perdeu seu sentido, múltiplo e plural e que, embora sofra mudanças, continua sendo em sua essência, um trabalho (MTE, 2003).

A política pública de qualificação para o trabalho e renda é ambígua e abrangente, pois é, ao mesmo tempo, uma política educacional. Nesse caso, ao assentar a política de qualificação sobre a base da competência e da empregabilidade, no

contexto da reforma do Estado, ela passa a incidir sobre as políticas públicas da Educação no sentido de deixarem de ser universalizantes e são reduzidas a ações focalizadas, de cunho reparador, para garantir as condições de manutenção do capitalismo. O Estado desloca-se, também nesse particular, da sua função de promover a Educação do país, para a de ajustador, ancorado numa ideologia que joga com valores, traduzidos em símbolos e palavras, que refletem a dominação neoliberal.

### **Referências bibliográficas**

BEHRING, Elaine R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. O imperialismo da razão neoliberal. **Revista Possibilidades**. Ano 1, n. 1, p. 24-28, jul/set. 2004. Tradução por Teresa Van Acker. Disponível em : <<http://www.npmueg.ubbi.com.br>>. Acesso em 28/11/04.

DIAZ, Rafael Tejada & MOVILLA, Sílvia Campos. Formación por competências profesionales en las Universidades. IN: **Trabalho e Educação**. Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE). FAE/UFMG. Jan/jun. Vol 16 no. 1, FAE/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

DUGÜÉ, Elisabeth. A Lógica da competência: o retorno do passado. IN: TOMASI, Antônio (Org.). **Da Qualificação à competência: pensando o século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ESTEVÃO, Carlos V. (coord). **Políticas e práticas de formação em organizações empresariais portuguesas**. CIED/FEDR/FCT, Braga, Portugal, 2006.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Educação básica, empregabilidade e competência. **Revista trabalho e educação**. Belo Horizonte, nº 3, jan/jul, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3: o processo global de produção capitalista, v. IV, cap. 19. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação**. São Paulo: Cortez, 2001.

TOMASI, Antônio. Qualificação ou Competência. IN: TOMASI, Antônio (Org.). **Da Qualificação à competência: pensando o século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.